



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 11 de janeiro de 2017

N.º 01/2017

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

A Sra. Vereadora Maria Dália Pimentel Pereira Vale Rego, esteve presente em substituição da Sra. Vereadora, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, a Chefe da Divisão de Administração Geral, Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa das prestações de serviço realizadas no mês de dezembro de 2016, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

4

- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- h) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – Começo por desejar um bom Ano Novo, que seja um ano de discussão política democrática e saudável para o engrandecimento da nossa cidade pois é isso o que todos nós desejamos.

Tenho um apontamento que penso que já foi aqui discutido pelo Sr. Vereador Luís Rodrigues e que diz respeito ao estacionamento na Avenida Antero de Quental, principalmente nas horas noturnas, depois da hora de ponta, com camiões que estacionam na berma daquela via. Curiosamente também existem duas carrinhas estacionadas a fazer publicidade, uma a um restaurante e outra a uma *SexShop*. Não me quero meter nos negócios privados que não nos dizem respeito, mas quero deixar isto à Câmara para fazer chegar junto das autoridades competentes para que se possa regulamentar aquele estacionamento que além de poder provocar acidentes também dá um aspeto pouco digno à entrada da cidade, para quem vem de fora.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Também quero desejar um ótimo ano, tanto em termos políticos como profissionais e pessoais a cada um. É evidente que puxo para a minha área política, mas de certeza que vamos ter um ótimo ano onde o debate pode e deve levar-nos a seguir caminhos melhores do que aqueles que temos trilhado nos últimos tempos.

Um dos assuntos que trago também tem a ver com estacionamento e com alguma preocupação de regularização que é importante, quer na Antero de Quental quer depois na continuação, porque o estacionamento nessas bermas deveria ser muito limitado ou inexistente, pelo menos nas áreas que não estão definidas para isso.

O outro assunto é próximo, é no Monte Belo Norte, e tem a ver com o estacionamento que existe e que penso ser privado, no Pingo Doce. Quando lá estava o Intermarché o estacionamento era aberto e à noite não havia problemas em estacionar, porque não estava a ser usado pelo supermercado sendo utilizado pelos moradores. O que lá está agora é diferente, ainda há pouco lá estive, mas sendo aquela área privada, como parece, aquele estacionamento é controlado, mas, no entanto, existe um espaço lá ao lado não tratado e que está livre. Sei que à noite tem sido difícil e obriga a um estacionamento descontrolado e desregrado. A questão é o que é que nós, Câmara Municipal, podemos fazer junto dos proprietários para que o espaço usado pela superfície comercial possa ser utilizado em termos públicos. Ou então que pudesse ser aproveitado o espaço que está ali ao lado, mas principalmente no inverno não é possível ser utilizado, porque qualquer viatura que lá estacione fica enterrada. É um assunto que penso que devemos analisar e tratar assim que possível e aquela zona podia ganhar com isso. Também era importante, e ainda por cima com as obras que lá estão a decorrer na Praça da Independência, melhorar alguns espaços com pouco investimento, retirando passeios e regularizando algumas bermas. Como sabem é um espaço sempre muito carregado de estacionamento e aí também penso que poderíamos aproveitar alguns espaços que não estão devidamente delimitados.

Outra questão também tem a ver com estacionamento, parece que ainda não existe nenhum plano aprovado para a Várzea, ou seja, estamos continuamente a ocupar áreas protegidas, RAN e REN, sem plano aprovado e somente com base em estudos. A pergunta que faço é se existe



ou não o plano e o que é que fazemos, pois independentemente da bondade do que se está a fazer e da eventual necessidade há regras que temos de cumprir.

Sr. Vereador Manuel Pisco – Quantos aos reparos que foram feitos o Sr. Vereador Fernando Paulino chamou à atenção de algo que de facto também já tinha observado e que é a utilização publicitária de uma viatura regularmente estacionada. Julgo que há alguma intervenção da fiscalização que é possível fazer, mas não averigui o assunto, que nem sequer é da minha área de responsabilidade, mas aparentemente é isso que se passa e deve ser tido em atenção. Ao mesmo tempo, no estacionamento na Antero de Quental, desde a obra do Alegro que isto é uma situação mais que normalizada. No bairro envolvente e do outro lado não há ali nenhuma questão com o estacionamento e as intervenções que estão a ser feitas, no seguimento da Avenida Álvaro Cunhal, estão pela primeira vez a regularizar o estacionamento.

O Sr. Vereador Luís Rodrigues também chamou a atenção para a situação do estacionamento no Monte Belo e no aproveitamento das obras na Praça da Independência, ora já que começaram as obras é evidente que o ordenamento está a fazer-se e esse reparo não é bom nem mau, mas é útil. O que não entendi bem foi a sugestão que estava a dar de alternativa ao estacionamento privado e numa área adquirida pelo Pingo Doce. A alternativa, se percebi, é o jardim que está a norte da via e que sobra naquele local. Aquela terra tem dono, não é espaço público. Também pensei se seria o espaço entre os prédios e a Avenida Álvaro Cunhal, o que não faria grande sentido. Há ordenamentos de estacionamento daquelas zonas com as intervenções, nomeadamente da Praça da Independência. O Sr. Vice-Presidente se entender explicará algo sobre isso. Isto calha bem hoje, porque temos uma deliberação sobre o contrato de urbanização para aquela área e é óbvio que vai haver ordenamento. Aquilo que sugere também não nos surpreende e registo a concordância com algumas intervenções até. Não sei se é possível ou se não, mas é a concordância com algumas intervenções que o Município já tinha feito de precisamente aproveitar espaços mesmo em terrenos privados, e que vão continuar a ser, conseguindo-se obter a autorização para ordenar o espaço de estacionamento. É o caso que está junto ao Estádio do Vitória numa propriedade da Casa do Gaiato, ou o que se fez no Largo de Jesus, por exemplo, ou no Largo José Afonso. Temos feito isso que o Sr. Vereador agora sugeriu, e se calhar, se for possível, talvez se consiga fazer.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Relativamente às obras que estão a decorrer onde era a antiga bomba de gasolina, o que estou a referir não é em relação ao perímetro das obras. Há alguns espaços fora, adjacentes, e isso não está a decorrer. Era importante ver isso e é o que sugiro. Do outro lado e se aquilo é privado é claro que não podemos obrigar ninguém a fazer o que não quer dentro da utilização do espaço que está permitido, a questão é que quando estava o Intermarché o espaço de estacionamento era aberto e dava para estacionar à noite e agora o Pingo Doce também não utiliza à noite e está fechado. Estão no seu direito, como é evidente, mas há uma diferença entre o que estava e o que está, não sei até que ponto pode ser feita alguma *démarche* para que isso possa ser alterado.

Sr. Vice-Presidente – Relativamente ao parque de estacionamento da nova superfície comercial em Monte Belo quando uma entidade toma conta de um novo espaço naturalmente que procura fazer afirmar os seus direitos e espero que seja apenas sobre isso e que depois daqui a uns tempos possa ser visto de forma a que os moradores possam continuar a estacionar, designadamente à noite. Mas também temos de reconhecer que aquilo estava numa situação praticamente de abandono e quando um novo proprietário toma conta do seu espaço procura naturalmente afirmar os direitos que tem sobre a propriedade. Acho que é isto que está aqui em causa, já houve uma conversa sobre isso e espero que isso venha a ser resolvido até porque provavelmente o maior número de clientes devem ser os moradores. Por isso acho que esta situação será resolvida, mas compreendo a posição que foi tomada no início desta atividade da superfície comercial.

Quanto ao Plano da Várzea às vezes as coisas não vêm todas ao mesmo tempo e pode ter havido aqui alguma dificuldade em compreender o que está em causa. O plano é uma coisa que

está assumida pela Câmara e pela população, e a Câmara tem vindo a desenvolver esforços no sentido de dar cumprimento a esse compromisso. Há aqui alguma história relativamente ao estudo e que será o plano que a Câmara teve conhecimento e inclusivamente deliberou entregar o trabalho a um técnico seu. Esse trabalho está a ser desenvolvido e em torno de uma questão central, a das intervenções que têm a ver com a gestão dos caudais, as chamadas bacias de retenção que vão ser instaladas. A primeira coisa que a fazer foi definir com as entidades competentes a localização e a dimensão dessas intervenções para garantir até um determinado nível de caudal e prevenir as cheias na cidade. Também como todos estamos recordados, a Câmara apresentou uma candidatura, e já agora aproveito para anunciar que foi aprovada e que tomámos conhecimento disso. Foi um processo que todos percebemos, que uma intervenção num território daqueles não é fácil tendo em conta as condicionantes a que está sujeito e teve de se envolver técnicos e entidades várias para que a candidatura pudesse vir a ser aprovada. Felizmente foi aprovada e esperamos que em meados deste ano as intervenções venham provavelmente começar a acontecer, a partir de maio ou junho. São movimentações de terras para garantir as bacias de retenção que têm dimensão, profundidade e com a garantia de milhares de metros cúbicos de água cada uma. A primeira será instalada junto à Avenida da Europa, uma segunda mais acima, ainda naqueles terrenos livres da Várzea, e depois uma terceira com características muito especiais na Quinta das Laranjeiras, penso que será esse o nome. É isso que é a base desta intervenção e tem os pareceres das entidades competentes e que é necessário pronunciarem-se, essa será a primeira intervenção. A intervenção de construção do parque virá seguidamente, portanto não estamos a falar de novas construções. É por isso que não falei em obra, para não haver alguma má interpretação. Estamos a falar de movimentos de terras e do aproveitamento dessa intervenção que está estipulada como deve ser feita para que as pessoas possam usufruir daquele espaço nas melhores condições, enquanto espaço urbano que terá arvoredo, relva, manutenção, conservação e recuperação do património que lá está construído. A outra questão tem a ver com o seguinte, como se sabe veio à Câmara e foi aprovada uma negociação com todos os proprietários dos terrenos da Várzea e há um compromisso nesses contratos feitos para garantir aos proprietários uma capacidade construtiva quando for feita a revisão do PDM, isso é o contrato. Ao mesmo tempo esses proprietários cedem antecipadamente à Câmara os terrenos que não têm capacidade construtiva, todos sabemos que não têm e nem virão a ter na atual e nem na futura situação do PDM. Esta é a negociação e o compromisso estabelecido com os proprietários e por isso é que a Câmara está neste momento em condições de poder fazer a intervenção das baías de retenção e outras intervenções que tenham a ver com a facilidade da utilização daqueles espaços, mas sem pôr em causa aquilo que são os valores que o Sr. Vereador referiu, ou seja, os terrenos da REN ou da RAN. O quadro é este e não tinha de vir aqui, pois penso que essa era a questão que o Sr. Vereador colocou, aquilo que designamos como o Plano da Várzea. Tudo isto tem uma base de desenvolvimento do futuro em termos de intervenções de arvoredos, percursos pedonais, etc. São coisas que virão a acontecer embora se saiba que as bacias de retenção A, B e C, têm esta configuração ou outra, e qualquer projetista saberá que as bacias terão água quando de facto houver níveis de pluviosidade e de escorrência pluvial de um determinado nível. Isto ao contrário de projetos para bacias que houve para Setúbal anteriormente e que eram autênticos tanques de betão armado. Isso agora não existe, e, portanto, as bacias vão poder ser utilizadas fora dos tempos em que não haja cheias, por toda a população. Isto constitui o Parque Urbano da Várzea que há de ter o seu desenvolvimento depois de se irem concretizando todas estas prioridades que estão estabelecidas e que têm um faseamento que é obrigatório ser seguido desta forma.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não me referia a nenhuma dessas questões, mas agradeço os esclarecimentos do Sr. Vice-Presidente, referia-me a uma coisa muito concreta e que já vem de trás, a questão de todo o aterro que foi e continua a ser feito, por exemplo de aterrar para construir vias em cima da REN e da RAN. Isto não é nada de prédios nem é nada disso, portanto já existe, não tem nada a ver com bacias de retenção. Estamos continuamente a fazer aterros em cima daquilo que não devíamos, a não ser que já esteja desclassificado. A minha pergunta

concreta era se aquilo tem algum plano definido para que possa ser desanexado. Independentemente do mérito ou demérito dessas intervenções tem de se ver as questões legais que penso que não estão a ser acauteladas, a não ser que o Sr. Vice-Presidente diga que sim, que já está tudo bem.

Sr. Vice-Presidente – Também a Câmara tem conhecimento dos estudos que foram feitos para as vias que terão lugar naquela zona e há uma via perpendicular à Avenida dos Ciprestes, essa é uma área que está classificada no PDM como solo urbano. É uma via que está construída e que continuará, e sobre isto não há qualquer questão. Se o Sr. Vereador ver no PDM atual existe uma área de construção, senão também não podia estar ali o Pingo Doce.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Eu sei que uma parte da faixa está, a minha pergunta concreta é se tudo o que está construído neste momento e aterrado pela Câmara ou por quem fez a obra, se aquele aterro todo está fora da RAN e da REN. Independentemente disso devia vir aqui um plano para aquelas vias, não pode ser assim. Estou a tentar acautelar as questões das áreas protegidas, portanto não é a discussão da construção dos grandes edifícios. A pergunta concreta é se todo o aterro que está feito e que continua a ser feito está tudo fora da RAN e da REN, se me está a garantir que sim tudo bem, independentemente dos estudos, porque sabe que estas coisas não se fazem com base em estudos, o estudo é o apoio. Acho que não está tudo certo, está apenas bem até ao limite do Pingo Doce.

Sr. Vice-Presidente – Não cometemos ilegalidades, é só isso, senão temos aqui uma discussão sem fim. Terei todo o gosto em lhe falar deste assunto desenvolvidamente e já expliquei o que é que está em causa, tratando-se de obras fundamentais também foi explicado porque é que foi necessário fazer aquilo em determinada altura. Para terminar a conversa e para ficar claro afirmo que não foram cometidas ilegalidades, respeitamos os instrumentos de planeamento que os órgãos autárquicos aprovaram e que as entidades competentes anuíram.

Sra. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de João Marques de Carvalho, que se transcreve na íntegra, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11:

“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente a morte de João Marques de Carvalho, antigo presidente da Junta de Freguesia de São Simão e ex-dirigente da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense e da Sociedade Filarmónica Providência, no passado dia 31 de dezembro. João Marques de Carvalho foi agraciado com a Medalha de Honra da Cidade, na classe de Associativismo, em 2015, atribuída pela Câmara Municipal de Setúbal.

Chefe das oficinas dos antigos Transportes Belos e carpinteiro de profissão, dedicou boa parte da vida ao associativismo de Azeitão, quer na Sociedade Filarmónica Providência, quer na Perpétua Azeitonense.

À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal apresenta sentidos pêsames.”

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de João Marques de Carvalho, que se transcreve na íntegra, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12:

“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta a morte de João Marques de Carvalho, a 31 de dezembro de 2016. João Carvalho foi presidente da Junta de Freguesia de São Simão eleito pelas listas do Partido Socialista e dirigente da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense e da Sociedade Filarmónica Providência

João Marques de Carvalho foi agraciado com a Medalha de Honra da Cidade, na classe de Associativismo, em 2015, atribuída pela Câmara Municipal de Setúbal.

*Funcionário da Empresa “Belos Transportes”, dedicou toda a sua vida ao movimento associativo da terra de onde era natural e também da cidade de Setúbal enquanto associado da Associação de Socorros Mútuos Setubalense e do Vitória Futebol Clube.
À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal apresenta os mais sentidos pêsames.”*

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Mário José Picoto Flores, que se transcreve na íntegra, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13:

*“Mário Picoto nasceu a 19 de outubro de 1936 e faleceu a 25 de dezembro de 2016.
Foi destacado dirigente associativo, integrou diversas direções do Vitória Futebol Clube, quase sempre ligado à área financeira.
Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Futebol de Setúbal.
Atualmente integrava o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.*

À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal apresenta os mais sentidos pêsames.”

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Mário Soares, que se transcreve na íntegra, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14:

*“Nasceu em Lisboa a 7 de dezembro de 1924 e morreu na mesma cidade a 7 de janeiro de 2017.
Portugal perdeu uma figura ímpar da luta pela Democracia e pela Liberdade.
A Mário Soares, Portugal deverá para sempre o viver sem medo e em verdadeira liberdade.
Político de corpo inteiro e homem de convicções, Mário Soares foi um dos fundadores do Partido Socialista em abril de 1973.
Líder humanista combate o regime de Salazar; sendo várias vezes preso e deportado para São Tomé, é depois exilado em França de onde regressaria em abril de 1974 após a Revolução dos Cravos. Mário Soares não queria um “Portugal Amordaçado”. Defensor da democracia e das regras do Estado de Direito democrático não teme em tempo algum provocar ruturas que defendam os interesses dos ideais da liberdade e do respeito pelos valores da revolução e das regras da democracia baseada no pluripartidarismo e do reforço da Assembleia Constituinte.
Decisivo em muitas das páginas que hoje fazem a história da nossa democracia, Mário Soares foi um europeísta convicto, teve essa visão de futuro e bateu-se com firmeza pelo início do processo de adesão de Portugal à CEE em 1977, usando todo o seu prestígio internacional e que culminaria oito anos mais tarde em 12 de junho de 1985 na assinatura do Tratado de Adesão, pela sua mão em Cerimónia realizada no Mosteiro dos Jerónimos.
Republicano, Socialista e Laico como gostava de se definir, Mário Soares é uma figura universal que a história se encarregará de colocar no seu patamar mais alto. Homem de cultura e de espírito iluminista, era também direto e incisivo nas palavras e destemido nos atos. Não evitava ser controverso, era persistente e lutador, às vezes só, como tantas vezes esteve, afrontando aqueles que se acomodavam, que não acreditavam que “só vence quem luta”, quem não luta nunca vencerá, como muitas vezes costumava dizer. Lutas essas que toda a vida travou pela coesão e afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.
Liberdade e Democracia foram estas as palavras que nortearam a sua vida e as suas lutas, mostrando a todos nós qual o caminho que devemos seguir. Um Homem que nunca se calou quando os valores da sua consciência que eram os valores de uma nação livre, eram postos em causa, quando podia como outros, viver a vida que a sua condição privilegiada lhe permitia.
Foi defensor de causas e processos de resistentes e lutadores antifascistas, esteve sempre ao lado das lutas estudantis ou de movimentos de resistência. Num passado mais recente foi uma voz que se fez ouvir em diversos episódios da política nacional mostrando que lutaria sempre pelos seus ideais na defesa de uma sociedade mais justa.*

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e em Direito pela mesma Universidade. Foi advogado e professor do ensino particular no Colégio Moderno fundado por seu pai.

Foi deputado, eurodeputado, ministro, primeiro-ministro nos I, II e IX governos constitucionais, foi Presidente da República entre 1986 e 1996, cargo que exerceu de forma a moldar para sempre a maneira como os portugueses olham para a função presidencial, sabendo ser sempre o presidente de todos os portugueses.

Recordaremos Mário Soares através do seu legado de homem livre que viveu livre e quis essa liberdade para os outros.

Obrigado Mário Soares, pela Liberdade de todos nós.

À Família de Mário Soares, em particular ao João Soares e à Isabel Soares e ao Partido Socialista que era também a sua família endereçamos os mais sinceros e sentidos Votos de Pesar

A Câmara Municipal de Setúbal propõe a atribuição do nome de Mário Soares à toponímia de Setúbal.”

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Mário Soares, que se transcreve na íntegra, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15:

“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente a morte do ex-Presidente da República Mário Soares, personagem destacada na vida política portuguesa e incansável lutador antifascista.

Mário Soares foi, enquanto advogado, defensor de presos políticos detidos arbitrariamente pelo regime fascista e submetidos aos tristemente célebres tribunais plenários de Lisboa e do Porto, criados em 1945 para julgar acusações e delações contra a “segurança do Estado” e, ainda, processos de liberdade de imprensa, não apenas circunscritos a matéria publicada na comunicação social, mas também em livros e outras publicações.

Foi nesta qualidade que, com a coragem que o acompanhou ao longo de toda a vida, participou em numerosos julgamentos, nos quais representou, entre outros, Álvaro Cunhal quando acusado de crimes políticos, e a família de Humberto Delgado na investigação do seu alegado assassinato.

Neste momento de luto nacional, mais do que destacar inexistente consenso em torno da personalidade política de Mário Soares – consenso que, aliás, o próprio nunca procurou – importa salientar que o fundador do Partido Socialista teve papel decisivo, enquanto primeiro-ministro, cargo que desempenhou por três vezes, no primeiro, segundo e nono governos constitucionais, em vários períodos entre 1976 e 1985, e Presidente da República, por dois mandatos, entre 1986 e 1996, na configuração social, política e económica do que é hoje a sociedade portuguesa

O século XX português ficará marcado pela sua ação política como antifascista e oposicionista ao regime salazarista, mas, acima de tudo, pelos caminhos que escolheu, com o apoio de alguns países europeus e dos Estados Unidos da América, nas encruzilhadas da revolução de Abril.

Nos anos finais de vida destacou-se pelo combate ao neoliberalismo selvagem que também afeta a sociedade portuguesa e que a fez vítima de impiedosos mercados sem rosto. Disse, em novembro de 2014, em entrevista publicada no Diário de Notícias, a propósito da crise financeira que afetou vários estados europeus, que havia uma vertente ideológica que tinha facilitado esta situação. Falava do “neoliberalismo, responsável pela economia virtual, pela globalização desregulada e sem ética, pela idolatria dos mercados usurários – que vivem dos paraísos fiscais, que deviam ser ilegalizados – e que hoje mandam nos Estados”.

Foi, também um dos críticos da intervenção americana no Iraque, que classificou como “enorme erro” e “crime irreparável”.

Nascido na freguesia do Coração de Jesus, em Lisboa, Mário Soares foi o segundo filho do antigo sacerdote, professor e pedagogo, que foi Ministro das Colónias na Primeira República, João Lopes Soares, e de Elisa Nobre Baptista, professora de instrução primária.

Desde os tempos de estudante universitário foi ativo resistente à ditadura. Iniciou então longo e persistente combate que o levou a estar presente e ativo na organização da oposição democrática ao salazarismo. Pertenceu ao MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), em maio de 1943, e, depois, foi membro da Comissão Central do MUD (Movimento de Unidade Democrática), sob a presidência do Professor Mário de Azevedo Gomes, em 1946, tendo sido fundador do MUD Juvenil e membro da primeira Comissão Central.

Foi Secretário da Comissão Central da Candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República, em 1949. Integrou, em 1955, o Diretório Democrático-Social dirigido por António Sérgio, Jaime Cortesão e Azevedo Gomes e, em 1958, pertenceu à Comissão da Candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República.

Foi membro da Resistência Republicana e Socialista, na década de 50, redator e signatário do Programa para a Democratização da República em 1961, tendo sido candidato a deputado pela Oposição Democrática em 1965 e pela CEUD, em 1969.

Em resultado da sua atividade política contra a ditadura foi 12 vezes preso pela PIDE, cumprindo um total de quase três anos de cadeia, deportado sem julgamento para a ilha de São Tomé em 1968 e, em 1970, forçado ao exílio em França.

Em 1973, no Congresso realizado em BadMünstereifel, na Alemanha, a Ação Socialista Portuguesa, que fundara em 1964, transformou-se em Partido Socialista, do qual Mário Soares foi eleito Secretário-Geral e sucessivamente reeleito no cargo ao longo de quase treze anos.

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pela morte de Mário Soares e associa-se ao luto nacional decretado pelo Governo da República com a suspensão de todos os eventos públicos lúdicos promovidos pela autarquia enquanto durar o luto nacional decretado até ao dia 11 de janeiro.

O município apresenta ao Partido Socialista e à família enlutada sentidos pêsames e manifesta, desde já, a vontade de iniciar o processo de atribuição do nome de integrar o nome de Mário Soares na toponímia de Setúbal."

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio pelos falecidos.

Sra. Presidente – Quero dar uma informação ao Sr. Vereador Luís Rodrigues que pediu uma explicação em relação à Deliberação 382/16, proposta n.º 17/2016 do DOM, que tem a ver com a empreitada da Requalificação Urbana do Bairro dos Pescadores e do Grito do Povo. Em relação ao valor da proposta a pergunta era se o valor podia ou não ser repartido. Estivemos a ver isto de acordo com a legislação, com o CPA, e pode haver repartição de encargos na proposta uma vez que no orçamento já estava repartido.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não perguntei se podia ser repartida, podia sê-lo, mas como estávamos a assumir encargos para os próximos anos essa deliberação tem de ir à Assembleia Municipal para que esta o assuma.

Sra. Presidente – Isso já estava no orçamento e este já foi à Assembleia Municipal. O orçamento já tem essa repartição de encargos.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Se está assim, tudo bem, senão teria de haver uma deliberação específica para isso.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Índice

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
1. **Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) **Período da Ordem do Dia**
1. **Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 14 de dezembro de 2016.**
 2. **Deliberação n.º 01/17 – Proposta n.º 01/2017 – GAP – Aceitação de doação – Estrada de Santas.**
 3. **Deliberação n.º 02/17 – Proposta n.º 01/2017 – GAF – Adenda à Proposta n.º 01/GAF/2014 (Acordos de Execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho para o Mandato 2013-2017) - Adenda ao Acordo de Execução celebrado com a Junta de Freguesia de Azeitão para a área da limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.**
 4. **Deliberação n.º 03/17 – Proposta n.º 01/2017 – DAFRH/DIGEF – Pedido de autorização genérica para a celebração de contratos de aquisição de serviços – Art.º 4.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.**
 5. **Deliberação n.º 04/17 – Proposta n.º 04/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Requalificação do Parque Escolar – 1.ª Fase” ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária.**
 6. **Deliberação n.º 05/17 – Proposta n.º 05/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidaturas ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária.**
 7. **Deliberação n.º 06/17 – Proposta n.º 06/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração de valores do Fundo de Maneio da CBSS – Companhia de Bombeiros Sapadores.**
 8. **Deliberação n.º 07/17 – Proposta n.º 07/2017 – DAFRH – Empréstimo de curto prazo 2017 – Ratificação de adjudicação.**
 9. **Deliberação n.º 08/17 – Proposta n.º 08/2017 – DAFRH/DIGEF – 1.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 10. **Deliberação n.º 09/17 – Proposta n.º 01/2017 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a PCI, Promoções, Construções e Investimentos, Lda. – Praça da Independência – Freguesia de São Sebastião.**
 11. **Deliberação n.º 10/17 – Proposta n.º 02/2017 – DURB/DIPU – Minuta de protocolo para beneficiação viária e pedonal da área envolvente ao Pingo Doce (Av. da Europa e Av. dos Ciprestes). – União das Freguesias de Setúbal.**
 12. **Deliberação n.º 11/17 – Proposta n.º 01/2017 – DOM/SMHAB – Regulamento de Atribuição de Habitação Municipal de Setúbal.**
 13. **Deliberação n.º 12/17 – Proposta n.º 02/2017 – DOM/SMHAB – Alteração à minuta de contrato de arrendamento apoiado e aditamento por publicação da Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto, Primeira Alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.**
 14. **Deliberação n.º 13/17 – Proposta n.º 03/2017 – DOM/SMHAB – Integração do Município de Setúbal na Associação Portuguesa de Habitação Municipal-Quota anual de 1.000,00€.**
 15. **Deliberação n.º 14/17 – Proposta n.º 04/2017 – DOM – Aceitação de doação ao Município pela empresa Woodlogs Comércio e Logística, Lda..**
 16. **Deliberação n.º 15/17 – Proposta n.º 05/2017 – DOM/SMHAB – Alienação de fogos de património municipal – Fixação dos valores de venda de T1 e T2 no Bairro Afonso Costa (2.ª fase) e arredondamento dos valores de venda na Rua da Fonte Fresca, n.ºs 6 e 10, no Bairro Quinta de St.º António.**
 17. **Deliberação n.º 16/17 – Proposta n.º 02/2017 – DAFRH/DIRH – Gestão dos Recursos Humanos em função do orçamento e do mapa de pessoal aprovados para o ano de 2017/montante dos encargos.**
 18. **Deliberação n.º 17/17 – Proposta n.º 03/2017 – DAFRH/DIRH – Aceitação de doações para a Festa de Natal dos filhos dos trabalhadores e colaboradores da CMS.**
 19. **Deliberação n.º 18/17 - Proposta n.º 01/2017 – GAVMP – Pacto de Autarcas – Plano de Ação para a Energia Sustentável de Setúbal – PAESS.**

5

20. Deliberação n.º 19/17 - Proposta n.º 01/2017 - DAAE/SAEN - Apoio financeiro - Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2016/2017.

21. Deliberação n.º 20/17 - Proposta n.º 02/2017 - DAAE/SAEN - Apresentação de candidatura da Praia da Figueirinha ao Galardão Bandeira Azul 2017.

22. Deliberação n.º 21/17 - Proposta n.º 03/2017 - DAAE/SAEN - Celebração de Protocolo com a RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente (Rede Nacional) e com a ENA - Agência de Energia da Arrábida para implementação da medida REFLUX - Regulação de Fluxo Luminoso na Iluminação Pública.

23. Deliberação n.º 22/17 - Proposta n.º 01/2017 - DCED/SMBM - Doação de um fragmento de pano ao Município.

24. Deliberação n.º 23/17 - Proposta n.º 02/2017 - DCED/DICUL - Doação do valor da bilheteira do espetáculo "Dança para Todos - Gala Solidária de Danças Sociais".

25. Deliberação n.º 24/17 - Proposta n.º 03/2017 - DCED/DISOC - Aceitação de doações - Natal Solidário 2016.

26. Deliberação n.º 25/17 - Proposta n.º 04/2017 - DCED/DIEDU - Cedência de Prédio Urbano para uso partilhado aos moradores da Aldeia Grande, representados pela Associação de Moradores da Aldeia Grande e ao Agrupamento 484 - Nossa Senhora da Anunciada do Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português.

27. Deliberação n.º 26/17 - Proposta n.º 05/2017 - DCED/DIEDU - Parecer para regime de exceção dos horários duplos nas escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública do Concelho de Setúbal.

28. Deliberação n.º 27/17 - Proposta n.º 06/2017 - DCED/DIDES - Apoio financeiro para obras de beneficiação nas instalações sociais e desportivas do Núcleo Recreativo e Desportivo "Ídolos da Praça".

29. Deliberação n.º 28/17 - Proposta n.º 07/2017 - DCED/DIDES - "Setúbal Cidade Europeia do Desporto 2016" - Direitos de imagem e comunicação.

C) Período Destinado à Intervenção do Público

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 14 de dezembro de 2016

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sr. Vereador Fernando José, por não ter estado presente nesta reunião.

2. Deliberação n.º 01/17 - Proposta n.º 01/2017 - GAP - Aceitação de doação - Estrada de Santas

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Deliberação n.º 02/17 – Proposta n.º 01/2017 – GAF – Adenda à Proposta n.º 01/GAF/2014 (Acordos de Execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho para o Mandato 2013-2017) - Adenda ao Acordo de Execução celebrado com a Junta de Freguesia de Azeitão para a área da limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 03/17 – Proposta n.º 01/2017 – DAFRH/DIGEF – Pedido de autorização genérica para a celebração de contratos de aquisição de serviços – Art.º 4.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

5. **Deliberação n.º 04/17 – Proposta n.º 04/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Requalificação do Parque Escolar – 1.ª Fase” ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 05/17 – Proposta n.º 05/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidaturas ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 06/17 – Proposta n.º 06/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração de valores do Fundo de Maneio da CBSS – Companhia de Bombeiros Sapadores**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 07/17 – Proposta n.º 07/2017 – DAFRH – Empréstimo de curto prazo 2017 – Ratificação de adjudicação**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

9

9. **Deliberação n.º 08/17 – Proposta n.º 08/2017 – DAFRH/DIGEF – 1.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

10. **Deliberação n.º 09/17 – Proposta n.º 01/2017 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a PCI, Promoções, Construções e Investimentos, Lda. – Praça da Independência – Freguesia de São Sebastião**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 a 37.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – A questão que vou colocar também tem a ver com as duas propostas do Pingo Doce, não tenho nada contra a empresa, mas estamos a fazer uma coisa de novo e na minha ótica incorretamente pois tem a ver com a segurança rodoviária e pedonal. Se olharmos para o desenho que está nas entradas e saídas na via principal isto é um espaço de elevado tráfego, nomeadamente em várias alturas do ano e aqui não estão acauteladas as vias de desaceleração e aceleração. Vou votar contra por causa disso e já o disse várias vezes relativamente ao Pingo Doce junto da Avenida da Europa, exatamente pela mesma razão. Mais uma vez vem aqui uma “obrinha”, um contrato, onde não está previsto fazer uma coisa muito simples e que não custa nada fazer, acho que só por teimosia é que não é feita agora neste processo. Não posso aceitar uma coisa tão simples como isto da via de desaceleração e a via de aceleração, e ainda por cima há espaço. Se não há espaço então o Pingo Doce tem de fazer um projeto novo, ou pelo menos tem de alterar. Isto tem a ver com segurança rodoviária e basta olhar. Acho que é melhor olharmos antes. Se nós, com o entendimento dos nossos técnicos, decidirmos que de facto pode ser melhorado então deve sê-lo. Isto não é uma sugestão, é uma proposta, se não for aceite votarei contra.

Sr. Vice-Presidente – Relativamente à proposta sobretudo estamos a falar de um contrato de urbanização que define as regras, condições e compromissos de parte a parte relativamente a um investimento que foi identificado na proposta que aqui foi apresentada das permutas e que agora vem para ser concretizada e confirmada nos termos daquilo que foi perspectivado, portanto é a definição dos compromissos e das responsabilidades das partes. Não estamos a falar da intervenção na via, não ficou o compromisso desta intervenção. Quando chegar a altura de falar da via estaremos cá, como sempre.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Isto até pode parece um jogo de palavras, mas não é, é mesmo o que penso e o que tenho para dizer. Nestes casos estamos habituados a invocar esta ou aquela questão técnica, umas de pormenor e outras de “por maior”. Aqui acho mesmo que o Sr. Vereador Luís Rodrigues não está preocupado nem com a via de separação nem com a de desaceleração, está mesmo interessado numa via de estagnação. Nós não estamos e os projetos andam. É nesse sentido que apelava à consideração do seu voto, se quiser participar no progresso desta terra.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não aceito essas palavras. Compreendo o que está a dizer, mas não aceito isso porque se fosse a primeira vez que eu trouxesse esta questão aqui compreenderia, mas não é verdade. Há quanto tempo levantei esta questão aqui? O Sr. Vice-Presidente sabe isto muito bem e todos também. Relativamente às obras naquele espaço eu disse que não pode ser uma entrada direta sem via de desaceleração no Pingo Doce. Disse isto

várias vezes e continuo a dizer, não pode ser o que lá está feito, está errado e não custa nada alterar. A solução é a mesma, por isso se fosse a primeira vez que falo disto ainda podia aceitar esse tom mais amistoso que agradeço, mas não concordo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Mais uma vez o Sr. Vereador e engenheiro traz aqui problemas relacionados com questões técnicas. Já lhe tinha sugerido há tempos atrás que exerça a sua profissão no sítio certo, mas podemos levar essa sua nota aos nossos técnicos e reanalisamos. Já foi dito aqui e mais que uma vez que estamos a trabalhar no sentido de assegurar que as vias de circulação pública urbana são urbanas e não vias rápidas com zonas de aceleração e desaceleração. O que está a propor na prática é que se retome a Antero de Quental e a Avenida da Europa em vias de aceleração quando estamos a desacelerar as vias todas. Não faz sentido naquele sítio, é a opinião técnica que temos. O Sr. Vereador é técnico desta área, mas não vamos estar a discutir as questões técnicas que quer colocar, isto não é o sítio certo, fica a nota e a documentação e iremos naturalmente tratar disso.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Se as lombas que neste momento existem na Antero de Quental são questões técnicas gostaria de saber do que é que estamos aqui a falar, porque ainda há pouco lá passei. A maioria não as queria colocar, está escrito e as lombas estão lá. A tal via rápida deixou de o ser por causa disso, portanto não estamos a falar de coisas pouco sérias, estou a falar de coisas muito sérias. Se o Sr. Vereador entende que são coisas técnicas pode ser, mas estou a falar de política e se o Sr. Vereador quer levar isto para esse campo é um problema seu. Disse que devia ser acompanhado pelos técnicos, como é evidente, mas a decisão é política. Se o Sr. Vereador quer decidir assim decida, mas eu não decido assim.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – As questões técnicas são também muito sérias, não são só as questões políticas, e a solução que encontrámos para a Avenida Antero Quental foi estudada a par e passo. Faço lembrar que o Sr. Vereador achava que os 30 km/hora naquela via era uma aberração, e lá está e continua. O Sr. Vereador coloca as questões e esquece-se do que disse.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Os 30 km/hora, era durante a obra.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O que interessa é que o que está a acontecer nas vias está a implantado, acompanhado, monitorizado e a ser corrigido sempre que necessário. Registo a questão, mas não discuto questões técnicas consigo senão teria de ir tirar o curso de engenharia e o Sr. Vereador é que sabe muito disso.

Sra. Presidente – Nós gostaríamos de ter um consenso, porque a cidade é de todos, mas exatamente porque estamos a fazer política. Fica registado que o PSD-CDS mais uma vez votou contra o desenvolvimento da cidade e que já tinha votado contra isso naquela zona. Está registado em ata. Estava na altura na Câmara o Sr. Vereador Jorge Santana e votaram contra o Monte Belo, como é na mesma zona deve ser por tradição. Estamos a votar a minuta do contrato, é o que diz no título da proposta e o Sr. Vereador Luís Rodrigues entendeu aproveitar para levantar uma questão que não é exatamente essa de que se está a tratar. No memorando está a dizer que para esse risco e este traçado, para este projeto, não é isso que estamos a votar, mas sim um acordo de urbanização e contra a qual o PSD-CDS está permanentemente contra. Não há nada nesta cidade de grande obra que o PSD-CDS tenha votado favoravelmente. É bom que se saiba e se diga e que fique registado.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – A Sra. Presidente está enganada. Se a maioria assumir que será retificado o que estou a sugerir voto a favor, portanto não está outra questão em causa. Votarei a favor se for assumido que a entrada e a saída será corrigida e não será como ali está. Não diga que estou a dizer isso e nem votarei contra por causa disso, estou a votar contra por causa dessa questão específica. Se for corrigido aceitarei e é isso que está em causa e não o desenvolvimento da cidade.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – O Sr. Vereador Luís Rodrigues votará como entender e seja qual for o compromisso ou a promessa votará contra. Está a invocar o Pingo Doce, mas não vejo qual o problema de entrar ali. Desacelerar para entrar no espaço do Pingo Doce, num espaço de 50 metros? Como? Está feita uma entrada, ou seja, uma saída da via, para fazer a viragem para o NOVOTEL? Não está ali nenhuma via de desaceleração e há alguma dificuldade em fazer essa viragem? A seguir o que está proposto é uma outra saída mais à frente. Há alguma dificuldade naquele espaço em fazer essa saída? Alguma coisa em concreto justifica essa preocupação técnica? O Sr. Vereador já demonstrou isso ao executivo? Sei lá se o senhor está tecnicamente correto, tenho as maiores dúvidas, porque na prática não vejo essa necessidade. Não demonstra porque é que invoca essas certezas técnicas e não consegue demonstrar essa necessidade. Está a invocar uma necessidade que aparentemente não existe. Sabe o senhor se há disponibilidades de terrenos para fazer mais uma faixa? Isso implica nova transferência de terrenos. Já verificou isso? Não! O Sr. Vereador votará contra quer haja necessidade ou não, porque pode invocá-la um pouco “por cima”, tal como está agora a fazer. Neste caso concreto basta olhar e ver, circular e perceber se existe ali alguma necessidade de ter uma via de para alguma dessas saídas. É claro que se daqui 10, 5 ou 3 anos o volume de tráfego for de tal forma intenso que se justifique essa desaceleração não há de ser a esperar o conselho do Sr. Vereador que faremos a intervenção, fá-la-emos quando necessário e se for de imediato será feita se calhar mais rapidamente do que pensa, mas isso não será condicionante para aprovar este contrato de urbanização. Tal como disse a Sra. Presidente é um contrato de urbanização que estabelece contrapartidas entre o Município e o urbanizador, não é outra coisa e nem é o estudo de circulação que está ali para a zona. Se o Sr. Vereador quer arranjar argumentos arranje os que entender, mas não nos convence com os seus, não nos lança a dúvida sobre isso. Os argumentos estão nesta parte “limpinhos”, e é de se votar.

Sr. Vice-Presidente – Nós compreendemos que os automobilistas tenham dificuldade em perceber a alteração que fizemos e que continuaremos a fazer, de transformar vias rápidas, estradas nacionais, em arruamentos urbanos e com todas as alterações que significa para o condutor poder utilizar esses arruamentos. Também na Antero de Quental, que é um bom exemplo, quisemos também dar o benefício da dúvida ao automobilista de quando se passa de uma estrada nacional para um arruamento urbano de apenas pôr lá uma sinalética no sentido de dizer que a velocidade é de 30 ou 40 km/hora. Como todos sabemos o Código da Estrada diz que a velocidade máxima nos espaços urbanos é de 50 km/hora e esta questão foi aqui discutida, tal como os Srs. Vereadores sabem e fomos obrigados a colocar lá as lombas como prevenção. Temos essa responsabilidade. Naturalmente que não o fizemos de bom-grado, mas é assim. Compreendemos que os automobilistas tenham esta dificuldade em perceber esta lógica que o executivo tem estado a implementar nesta cidade. Agora o que para nós já é mais difícil de compreender é que os Srs. Vereadores desta Câmara não consigam atingir este objetivo e esta realidade.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Alguns dos Srs. Vereadores desta Câmara atingiram muito depressa a forma como o cidadão encara a cidade e a sua vida. Alguns cidadãos e alguns vereadores disseram atempadamente que tem de ser colocado e outros vereadores disseram que não era preciso e depois no final foi, portanto, dou-lhe razão, uns veem melhor e outros se calhar veem pior.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Fez a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: *“É lamentável que o PSD tenha votado contra mais uma obra de requalificação da cidade, como é habitual, e queria dizer outra coisa ainda, espero que não seja por ser na Avenida Álvaro Cunhal.”*

11. Deliberação n.º 10/17 – Proposta n.º 02/2017 – DURB/DIPU – Minuta de protocolo para beneficiação viária e pedonal da área envolvente ao Pingo Doce (Av. da Europa e Av. dos Ciprestes). – União das Freguesias de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 a 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

12. Deliberação n.º 11/17 – Proposta n.º 01/2017 – DOM/SMHAB – Regulamento de Atribuição de Habitação Municipal de Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 44.

Sr. Vereador Paulo Lopes – O PS irá no seu tempo dar o seu contributo, uma vez que isto agora vai para discussão pública e depois será remetido para a Assembleia Municipal. Há um ano atrás e também em sede da Assembleia, o PS questionou o executivo de porque é que a Câmara não tinha um regulamento. Na altura e até foi o Sr. Vereador Carlos Rabaçal que respondeu e disse que não sentiam a necessidade, porque a legislação dava resposta a todas as questões. Da nossa parte achamos um facto positivo a Câmara ter um regulamento, porque existem lacunas na legislação que podem ser sanadas e tornadas mais claras com um regulamento municipal. Vamos votar favoravelmente, mas com esta ressalva que diremos em sede própria, na Assembleia Municipal, e apresentar algumas propostas de alteração se entendermos que beneficia o documento.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Saúdo a apresentação deste regulamento independentemente de questões que sejam colocadas futuramente, mas acho que é importante porque ajuda a clarificar todo este processo que é sempre muito difícil em qualquer câmara municipal, nomeadamente na nossa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Em relação a este projeto de regulamento de facto ela é anterior, não previa qualquer tipo de regulamento e não havia qualquer obrigação de estabelecer qualquer regulamento. Quando cá chegámos o PS não tinha qualquer regulamento e atribuía as casas com a mesma lei anterior e como muito bem entendia. Nós estabelecemos como forma de trabalho para a atribuição das casas, a definição de uma grelha de critérios que viemos a desenvolver e que parcialmente está remetida no regulamento. Essa grelha determinava a requisição que era discutida na equipa de técnicos que anteriormente não tinham qualquer participação no processo, era a chefia que decidia, encontrando-se uma forma coletiva, debatida e de análise de todos os processos de uma forma muito próxima. Apoiávamo-nos na lei que permitia com esses critérios fazer a atribuição, e permitiu durante muitos anos. Quando a questão foi colocada na Assembleia Municipal pelo PS o que eu disse foi que não sentia necessidade, mas estávamos a trabalhar nisso, se for ver a ata diz lá isso. Disse também que estávamos a trabalhar nisso, porque independentemente de dizermos que tínhamos os critérios esses não eram públicos e então decidimos trabalhar nisso. Disso resultou depois um período de pausa devido à mudança da Lei n.º 81, que foi alterada pela Lei n.º 32. Esta foi finalmente aprovada e então concluiu-se o projeto de regulamento e ele aqui está. A atribuição das casas e das habitações às pessoas já tinha critérios, eram sustentados, os que sempre utilizamos, e tal como diz no preâmbulo não é por haver critérios por mais apertados e perfeitos que sejam que arranjam casas. Estamos a arranjar critérios que podem dar o que podem dar, vinte casas por ano ou podem dar zero, se ninguém sair. Podemos estar 10 anos sem atribuir uma única casa, porque estão todas ocupadas, é preciso perceber que os critérios de acesso à habitação são relevantes

4

pelas razões aqui apontadas, mas não acrescentam uma habitação ao processo, quando muito acrescentam menos injustiça às pessoas que estão de fora e que não entrarão, porque não há casas, porque só se sentem justificadas as pessoas que entram para as casas que estão livres. É o que quero deixar claro para não ficar a ideia de que não havia regulamento e que isto era uma coisa esquisita, nada disso, os critérios que aqui estão são os que sempre adotámos nos últimos anos e que foram utilizados. No debate público os senhores depois dirão, depois de uma leitura mais próxima da sua validade, interesse e até de sugestões e opiniões que agradecemos muito que venham.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 12/17 – Proposta n.º 02/2017 – DOM/SMHAB – Alteração à minuta de contrato de arrendamento apoiado e aditamento por publicação da Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto, Primeira Alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 a 49, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 13/17 – Proposta n.º 03/2017 – DOM/SMHAB – Integração do Município de Setúbal na Associação Portuguesa de Habitação Municipal-Quota anual de 1.000,00€

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 14/17 – Proposta n.º 04/2017 – DOM – Aceitação de doação ao Município pela empresa Woodlogs Comércio e Logística, Lda

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 15/17 – Proposta n.º 05/2017 – DOM/SMHAB – Alienação de fogos de património municipal – Fixação dos valores de venda de T1 e T2 no Bairro Afonso Costa (2.ª fase) e arredondamento dos valores de venda na Rua da Fonte Fresca, n.ºs 6 e 10, no Bairro Quinta de St.º António

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 16/17 – Proposta n.º 02/2017 – DAFRH/DIRH – Gestão dos Recursos Humanos em função do orçamento e do mapa de pessoal aprovados para o ano de 2017/montante dos encargos

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

18. Deliberação n.º 17/17 – Proposta n.º 03/2017 – DAFRH/DIRH – Aceitação de doações para a Festa de Natal dos filhos dos trabalhadores e colaboradores da CMS

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 18/17 - Proposta n.º 01/2017 – GAVMP – Pacto de Autarcas – Plano de Ação para a Energia Sustentável de Setúbal – PAESS

O Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 e 57.

Sr. Vereador Paulo Lopes – No âmbito deste plano não encontrei nenhuma referência à reutilização das águas da ETAR. Pergunto se se enquadrava neste plano um estudo de reaproveitamento dessas águas, nomeadamente para regas de espaços públicos, etc., como existem em alguns concelhos que o fazem numa escala relativamente pequena, mas são projetos-piloto que se foram fazendo, e se isso é viável sequer do ponto de vista da concretização. Podemos ter um objetivo e depois não ser viável. Por aquilo que li do plano estão aqui muitas iniciativas, algumas já em curso e outras que estão projetadas, e percebi que realmente essa parte não existe, está completamente omissa. Queria saber se está omissa, porque foi pensado e o executivo entende que não tem cabimento, ou se no próprio plano não faz sentido estar aqui. Acho que faz, porque é um plano ligado a energia e ambiente e por isso faria todo o sentido.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – É claro que a eficiência energética é um elemento chave para a preservação ambiental, mas não é um plano ambiental. Se ler o título é o Plano de Ação para a Energia Sustentável, portanto trata-se de atuar nas poupanças e na eficiência energética. Uma medida dessas pode ter interesse ambiental, mas eventualmente até pode haver maior despesa energética. Não está propriamente no âmbito de um documento destes, é sim para intervir na utilização da energia, na poupança de energia, menos quantidade e mais eficiência. A utilização das águas residuais, ou não, pode ser uma coisa que eventualmente contribua ou até que não contribua no que toca a energia. Dou um exemplo prático, teríamos de ir fazer os abastecimentos à ETAR e pôr a circular uma série de camiões cisterna para buscar e colocar, não temos uma rede de retorno das águas para as levarmos ao jardim da Bela Vista, do Bonfim, etc... A água está lá, mas teria de subir e por isso veja os custos que seria fazer uma rede para aproveitar em direto essas águas. Não sendo viável à vista desarmada era preciso estabelecer um circuito de transporte em camiões cisternas e os contributos que isso teria para a poupança energética podiam ser contraproducentes. Aqui só se trata de eficiência energética.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 19/17 - Proposta n.º 01/2017 – DAAE/SAEN – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2016/2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 e 59, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 20/17 - Proposta n.º 02/2017 – DAAE/SAEN – Apresentação de candidatura da Praia da Figueirinha ao Galardão Bandeira Azul 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 21/17 – Proposta n.º 03/2017 – DAAE/SAEN – Celebração de Protocolo com a RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente (Rede Nacional) e com a ENA – Agência de Energia da Arrábida para implementação da medida REFLUX – Regulação de Fluxo Luminoso na Iluminação Pública

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 22/17 – Proposta n.º 01/2017 – DCED/SMBM – Doação de um fragmento de pano ao Município

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 23/17 – Proposta n.º 02/2017 – DCED/DICUL – Doação do valor da bilheteira do espetáculo “Dança para Todos – Gala Solidária de Danças Sociais”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 24/17 – Proposta n.º 03/2017 – DCED/DISOC – Aceitação de doações – Natal Solidário 2016

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

26. Deliberação n.º 25/17 – Proposta n.º 04/2017 – DCED/DIEDU – Cedência de Prédio Urbano para uso partilhado aos moradores da Aldeia Grande, representados pela Associação de Moradores da Aldeia Grande e ao Agrupamento 484 – Nossa Senhora da Anunciada do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 e 67, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 26/17 – Proposta n.º 05/2017 – DCED/DIEDU – Parecer para regime de exceção dos horários duplos nas escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública do Concelho de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 e 69, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 1 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

28. Deliberação n.º 27/17 – Proposta n.º 06/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro para obras de beneficiação nas instalações sociais e desportivas do Núcleo Recreativo e Desportivo “Ídolos da Praça”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 70 e 71, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 28/17 – Proposta n.º 07/2017 – DCED/DIDES – “Setúbal Cidade Europeia do Desporto 2016” – Direitos de imagem e comunicação

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 72 e 73.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Sobretudo não queria deixar passar em claro esta proposta sem dizer que estes 10 mil euros devem ter sido dos mais bem pagos pela Câmara desde há muitos e muitos anos. Queria sublinhar a proposta pelo facto da realização da Cidade Europeia do Desporto, um evento de uma dimensão de serviço cultural e desportivo, de serviço às populações. Nunca neste município tinha acontecido um evento com esta dimensão, duração e participação. O que está na primeira página é um breve resumo de números, de objetivos atingidos e de resultados. Julgo que terá tido melhor resultado, participação e envolvimento entre todas as cidades europeias do desporto que já foram titulares deste galardão e que tiveram esta iniciativa. Isto é motivo de grande orgulho para esta Câmara, para o Município, e não é demais sublinhá-lo. Julgo que os relatórios que vão ser apresentados à medida que o tempo passa poderão ficar a ser tendencialmente mais esquecidos e fala-se menos disso, mas é um evento que deve orgulhar todos os membros do executivo, os eleitos na Assembleia Municipal e a população de Setúbal, estamos todos de parabéns e não queria deixar passar isto como banal. Agora, no fim desta iniciativa e deste grande trabalho autárquico, estamos a arrumar contas com a associação já depois de termos realizado tudo aquilo que foi realizado e que ainda há bem pouco tempo teve uma sessão de encerramento que foi de facto também estrondosa. Tive pena de não ter estado presente, mas isto orgulha Setúbal. Este evento não é um novo prédio, uma nova casa, é uma realização que orgulha a cidade. Muito obrigado aos participantes, é também

um relevo que já foi dado, mas nunca tive a oportunidade de o fazer e não queria ficar em falta com isso. Aos trabalhadores do Departamento de Educação, Cultura e Desporto, em especial aos da Divisão de Desporto, aos técnicos da Câmara que tiveram um ano de trabalho incansável e imparável e que revelaram também uma capacidade de trabalho extraordinária. Levaram isto por diante pela população de Setúbal, e não só a de Setúbal, e ajudaram na projeção nacional e internacional do Município. Estamos numa fase de grande projeção internacional e este evento foi um belo contributo para isso. Muito obrigado aos trabalhadores do Desporto, muito obrigado aos serviços municipais, pois a população e o executivo agradecem.

Sra. Presidente – Acho que todos assinam por baixo. Falta ainda muita gente, os voluntários e foram muitos os que se associaram a este trabalho e sem eles não teria sido possível. Os nossos trabalhadores foram incansáveis, como foi dito pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes. Isto só prova que de facto os funcionários públicos são excelentes trabalhadores ao contrário do que foi dito há um ano e tal ou dois, pelo governo anterior, que não prestavam. Essas afirmações foram ofensas públicas e não me canso de dizer isto. Os trabalhadores públicos são excelentes trabalhadores e o que aconteceu aqui foi mais uma prova disso. Neste município temos uma sorte “do tamanho do mundo”, de facto temos muitas provas dessa entrega ao serviço público dos nossos funcionários. Também tivemos por parte do movimento associativo uma entrega extraordinária, praticamente todas as coletividades participaram neste evento coletivo de um ano, as federações nacionais e internacionais participaram em Setúbal, vieram dizer que queriam fazer as suas iniciativas aqui e foi para nós um grande motivo de orgulho e uma responsabilidade muito grande. Acho que nos saímos muito bem e que a cidade respondeu de uma forma maravilhosa. O Sado e a Serra disseram “presente” e foram os maiores cartões-de-visita que criaram raízes pois este ano já estão a renovar os pedidos de realização de eventos nacionais em Setúbal. Já estamos com 19 eventos nacionais, porque as associações e as federações gostaram da forma como foram recebidos e verificaram que havia condições ambientais e paisagísticas únicas que de facto ajudam a esse envolvimento, a par da resposta dos nossos trabalhadores. Estou de acordo com o Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes de que isto não poderia passar assim sem se dizer mais alguma coisa, uma proposta em que são ditos todos estes elogios ao Sr. Vereador do Desporto, que também deu muito a este projeto e também nos cabe saudá-lo bem como o Sr. Diretor do Departamento e todos os técnicos sem exceção, e obviamente não deveria ser ele a fazer esta intervenção. É muito justo o agradecimento à cidade e a todos sem exceção que se empenharam na concretização desta Cidade Europeia. Foi a primeira, mas vamos tratar de mais.

Queria fazer o esclarecimento de que apareceu na comunicação social que não era verdade que esta fosse a única cidade europeia a ter este galardão. É verdade sim, porque nós nunca dissemos que esta era a única cidade europeia a fazer isto, o que dissemos sempre, e é necessário que seja reposta a verdade, foi a primeira capital de distrito portuguesa a ter este galardão. Felizmente que já houve em Maia, Loulé e Guimarães, mas estas não são capitais de distrito. Tiveram e fizeram um grande papel, e houve um grande empenhamento daqueles funcionários e voluntários e houve uma entrega igual, mas nós fomos a primeira capital de distrito. Houve comunicados confusos a dizer que afinal não foram os primeiros. Nunca o dissemos e é necessário esclarecer. Gostaríamos que fossem mais e que fossem todas as cidades portuguesas e no próximo sábado irei passar o testemunho a Gondomar que é a cidade que recebeu agora este galardão. Estarei pessoalmente com o diretor, o Sr. Dr. Luís Liberato, e com o Ricardo Palma, a entregar este grande evento e o testemunho que orgulha Portugal e que vai criando raízes de cidade em cidade no sentido de criarmos hábitos de vida mais saudáveis para as nossas populações, foi isso que aqui aconteceu. Ficou enraizado uma série de atividades e hábitos e era bom que nas outras cidades o caminho seja o mesmo, porque já aconteceu em Guimarães e em Loulé e nestas cidades que já tinham recebido o galardão.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



B) Período destinado à intervenção do público

Clementina Ramos – Tenho um problema de ruído em casa. Primeiro fui à Polícia e foram eles que disseram para vir à Câmara e então fui ao edifício Sado para ir ter com quem trata destes problemas só não foram corretos comigo. Ficou de se marcar uma reunião que não aconteceu e assim procurei quem mede o ruído. Isto vai ficar em nada, porque o aparelho esteve a medir o ruído e às 19h00 aquilo fechava e não havia barulho, mas passado um mês e tal recomeçou. A Polícia vai lá e diz que não pode fazer nada, porque é competência da Câmara. Chegam a estar até às 4h00 da manhã, como na passagem de ano, e a polícia foi lá e não lhes foi possível fazer nada. A Polícia diz que informou a Câmara que já tinha lá ido mais do que uma vez. Tenho uma criança deficiente e todos sofremos com a falta de isolamento do café que emite muito ruído, com música e conversas em voz alta. Isto agrava-se ainda mais, porque trabalho por turnos. Aquilo é o mesmo que ter uma discoteca dentro de casa e a deficiência do meu filho requer descanso.

Sra. Presidente – Mandarei lá a fiscalização e também teremos de ir ver o alvará para se averiguar o que se passa.

Aníbal Reisinho – Venho agradecer ao executivo mais uma obra que foi feita no Bairro do Viso, na Rua Batalha do Viso, foi uma promessa e também uma realidade. A obra está quase concluída, mas há dificuldades na circulação das pessoas mais idosas, designadamente com a falta de iluminação, pois aquilo é um sítio muito escuro. O percurso das crianças acompanhadas pelas educadoras, que vão da Escola dos Vidais para a Lima de Freitas, também está afetado. É uma obra pequena, mas que para os moradores passa a ser uma grande obra, mas também é preciso que haja iluminação.

Na Rua da Renovação, uma entrada para o Bairro do Casal das Figueiras, há constrangimentos com o atravessamento de carros em direções opostas pois falta espaço de manobra e uns têm de fazer marcha atrás para outros passarem, o que nem sempre é pacífico havendo até ofensas pessoais entre vizinhos. Digo-lhes sempre que devem colocar os problemas a quem de direito. Fico satisfeito porque quando vou para fora e digo que sou de Setúbal dizem-me que a cidade está muito desenvolvida, o que significa muito empenho do executivo. Seja quem estiver à frente da Câmara e for eleito tem de fazer sempre o melhor por Setúbal.

Jaime Marques – Tinha um carro à porta de casa e há cerca de dois ou três meses rebocaram-no, fiz a participação à Polícia a dizer que o carro tinha desaparecido e três semanas depois recebo uma carta da Câmara a dizer que está no Trade Center, se tivesse dinheiro para o ir buscar. Estão lá 180 euros por pagar para o levantar e como não tinha dinheiro não o pude trazer. Passado mais um mês, no Natal, um amigo disse que me ajudava com o carro e assim fui tentar negociar um valor possível e aceitável para mim. Eles disseram que não faziam negociações e que iriam desmanchar o carro passado um ano com o aval da Câmara, e que assim ganhavam cerca de mil euros com a venda. A pergunta que faço é se a Câmara não teve um minuto para me avisar que o carro estava mal ali e agora tem mais de mil euros para pagar a uma empresa para desmontar o carro.

Sra. Presidente – As coisas não são assim a Câmara não paga, só recebe dinheiro e não são mil euros, mas muito menos. Aqui temos é de resolver o problema pelo que terá de me dar os dados do carro.

Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 74.

Sra. Presidente – Em resposta ao Sr. Augusto Cruz e em relação ao milhão de euros tivemos a informação de que íamos ser contemplados com o dinheiro que é pertença do Município por

2

pagamentos em atraso, juros, etc., mas ainda não chegou cá nada. Quando entrar nos nossos cofres é que acreditamos, mas fomos notificados.

Luís Anjos – A Avenida General Daniel de Sousa tem muito movimento de carros e de pessoas, porque é uma entrada e saída da cidade, atendendo a isso alguém pintou uma passadeira só no passeio e não pintou na estrada, e como não puseram uma chapa a avisar, portanto aquilo é uma ratoeira. Pergunto, se houver ali algum acidente, quem é culpado? É o peão porque atravessou lá ou é o condutor porque não a viu? Ou é a Câmara ou a junta de freguesia porque alguém gastou lá tinta? A estrada que vem do Viso para ali forma igualmente muito trânsito e como estacionam mal aquilo forma uma nova rotunda.

Como sugestão, os detritos da ETAR e que são usados na agricultura também podem ser depositados no rio para se fazer uma maternidade no Sado.

Sra. Presidente – Já há uma maternidade no Parque Luís Saldanha.

Luís Anjos – Mas isso não chega, os pescadores queixam-se de falta de peixe no estuário e os detritos era o que alimentava os peixes antes de funcionar a ETAR.

Há falta de iluminação pública e isso faz falta, porque a cidade agora está mais bonita, renovada e pintada. Sei que haverá problemas mais importantes e mais graves para a Câmara resolver, mas estes também contam.

Sra. Presidente – Concordo com o Sr. Luís Anjos quanto à iluminação.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e seis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 25 de janeiro de 2017, por unanimidade, contém 22 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes

Ata elaborada por:
Manuel Monteiro Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro